



A PORTO ALEGRE DE UM CARTÓGRAFO ANÔNIMO

Daniela Marzola Fialho - dfialho.voy@terra.com.br ;

Cartografia urbana, História, Porto Alegre

Data aparentemente de 1872 a sexta planta da cidade de Porto Alegre-RS, Brasil. Trata-se de uma planta sem autor identificado. Seu nome completo é: Planta da Cidade de Porto Alegre. A data que consta do mapa - 7 de Janeiro de 1872 - aparece escrita a mão em cima de um desenho que tenta reproduzir um selo fiscal do Império, mas ela não se coaduna com os elementos urbanos que aparecem desenhados, e pode-se por isso contestar esta data como sendo a de feitura do mesmo. Chega-se a pensar que esta planta é anterior a quinta planta existente da cidade, a de 1868, feita por Antônio Eleuthério de Camargo. Além do desenho do selo fiscal do Império, chamam a atenção nesta Planta duas inscrições: Concedida ao Dr. F: A. Per. Rocha e Concedido taio J. Rocha que, aliadas a uma letra (A) e a uma linha tracejada indicam que o local tracejado foi concedido a alguém. Esse local, na beira do rio/lago Guaíba, está inserido no que se chama de terrenos de marinha. A presença de um selo fiscal indica que, mais que uma planta ou um mapa, o papel que o contém é um documento. As duas inscrições, seu teor e a indicação espacial que elas apontam, levam a crer que este mapa foi utilizado para demonstrar a localização de terrenos cedidos pela Presidência da Província e/ou pela Câmara de Vereadores a um cidadão. Constam dos documentos daquela época, Correspondência passiva da Câmara, Atas da Câmara e Documentos referentes à Construção e Melhoramentos do Município, várias referências a doação, aforamento e aforamento perpétuo de terrenos a cidadãos. O processo de doação, aforamento e aforamento perpétuo, pelo que se pode depreender desses documentos, começava com o requerimento de algum cidadão pedindo algum terreno devoluto ou terras consideradas de marinha. Esse requerimento era encaminhado a uma comissão de Vereadores ou ao Vereador Inspetor do Distrito onde se localizava o terreno. Após, a decisão tomada pela Câmara passava pela autorização do Presidente da Província. Algumas vezes, o requerimento era encaminhado diretamente ao Presidente da Província, que pedia então informações à Câmara sobre o pedido. Sendo aprovado, era expedida uma Certidão de Posse ou um Título de Concessão. Pode-se dizer pela pesquisa que envolveu o estudo desse mapa que o cidadão a quem foi concedido o terreno se chamava Francisco Antonio Pereira da Rocha. Ele o recebeu de parte do Presidente da Província, da época o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, de 16

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



de janeiro de 1862 a 18 de dezembro também de 1862, tendo sido feita ao mesmo uma concessão por aforamento perpétuo de terreno na beira do Rio, ao sul da Cadeia, esquina da Rua do Riacho. Chama a atenção que quem concedeu os terrenos e quem foi o beneficiário têm nomes bastante semelhantes. Em documento de 09 de junho de 1863 endereçado à Câmara, o então Presidente da Província, Sr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, 01 de janeiro de 1863 a 29 de março de 1864, ratifica a concessão por aforamento perpétuo, a Francisco Antonio Pereira da Rocha, do terreno na beira do Rio. Este mapa apresenta também, em seu desenho, os limites da cidade naquele período. O mapa estudado, não é o mapa original, mas uma cópia, o original encontra-se perdido. Estuda-se através dos elementos que compõe esse mapa a estrutura de funcionários que assessoravam a Câmara de Vereadores e a Presidência da Província no que diz respeito à cartografia e a administração da cidade de Porto Alegre O mapa de 1872 mapeia uma propriedade e os limites urbanos da cidade naquele período. A forma como o faz e, particularmente, como o limite urbano da cidade de Porto Alegre é expresso, fazendo referência aos Moinhos do Barbosa e à chácara do Sargento-mor João Luiz Teixeira, colocam esse mapa num limiar entre o mundo cartorial e o mundo cartográfico. Importa dizer que: na linguagem cartográfica vernacular a cidade era feita de gente e dos pontos de referência que preenchiam as suas consciências. Isto sendo assim pode-se apreciar porque os homens, mulheres e crianças cujos itinerários diários animavam as ruas da Marselha Medieval usavam ambos, pessoas e pontos de referência em suas convenções navegacionais. E não se pode esquecer que em Porto Alegre, em 1872, mapas eram privilégio de muito pouca gente.